



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JAFC

Nº 70034591735

2010/CÍVEL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Nº 70034591735

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO/RS

RECORRENTE

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO/RS

RECORRIDO

MUNICÍPIO DE TUPARENDI

INTERESSADO

CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE TUPARENDI

INTERESSADO

Vistos estes autos.

I – O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO interpõe recurso extraordinário contra o v. acórdão prolatado pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, cuja ementa define (fl. 415):

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE TUPARENDI. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL. SERVIÇOS DE NATUREZA PERMANENTE DA SAÚDE PÚBLICA.**

A legislação que dispõe sobre contratação emergencial e temporária de servidores da área da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em enfermagem, auxiliares de consultório dentário e agentes comunitários de saúde, servente) afronta ao disposto no artigo 19, inciso IV, da Constituição Estadual e artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, porquanto ausente o temporário e excepcional interesse público que a justifique.



JAFc  
Nº 70034591735  
2010/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
JULGADA PROCEDENTE, POR MAIORIA.**

Com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, alega contrariedade aos arts. 19, IV, da CE e 37, IX, da Carta Magna. Sustenta que a necessidade temporária e excepcional autoriza a contratação por prazo determinado, ainda que para as funções permanentes da Administração, sempre que a ausência de pessoal possa colocar em risco a continuidade da prestação do serviço público.

Apresentadas as contrarrazões pelo Ministério Público, vieram os autos conclusos a esta Vice-Presidência para exame de admissibilidade.

É o relatório.

II - Anota-se, inicialmente, ter o recorrente cumprido a determinação contida no art. 102, §3º, da CF, demonstrando a repercussão geral em preliminar formal e fundamentada. Dessa maneira, presente este requisito, sendo o exame efetuado sob o aspecto formal, conforme o art. 543-A, §2º, do Código de Processo Civil.

O apelo extremo, entretanto, não merece admissão.

Inicialmente, afasta-se a alegação de afronta ao art. 19, IV, da CE, ante o que dita o verbete nº 280 do STF.

No mais, conforme se verifica, o inciso IX do art. 37 da Carta Política autoriza a contratação por tempo determinado com o propósito de suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, já que, sabidamente, o procedimento previsto para a contratação no serviço público é a via do concurso público.

Contudo, no caso, os cargos cujas contratações foram autorizadas pelas leis municipais não possuem caráter emergencial, tanto que se fez necessária a prorrogações das mesmas, mas se constituem em necessidade permanente da administração pública. Desse modo, não há



JAFc  
Nº 70034591735  
2010/CÍVEL

falar em preenchimento do pressuposto da temporariedade da norma constitucional federal.

Oportuno referir, ainda, que a decisão recorrida segue orientação do Pretório Excelso, conforme ementas que se transcreve

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. C.F., art. 37, IX. Lei 9.198/90 e Lei 10.827/94, do Estado do Paraná. I. - A regra é a admissão de servidor público mediante concurso público: C.F., art. 37, II. As duas exceções à regra são para os cargos em comissão referidos no inciso II do art. 37 e a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público: C.F., art. 37, IX. Nessa hipótese, deverão ser atendidas as seguintes condições: a) previsão em lei dos casos; b) tempo determinado; c) necessidade temporária de interesse público excepcional. II. - Precedentes do Supremo Tribunal Federal: ADI 1.500/ES, 2.229/ES e 1.219/PB, Ministro Carlos Velloso; ADI 2.125-MC/DF e 890/DF, Ministro Maurício Corrêa; ADI 2.380-MC/DF, Ministro Moreira Alves; ADI 2.987/SC, Ministro Sepúlveda Pertence. III. - A lei referida no inciso IX do art. 37, C.F., deverá estabelecer os casos de contratação temporária. No caso, as leis impugnadas instituem hipóteses abrangentes e genéricas de contratação temporária, não especificando a contingência fática que evidenciaria a situação de emergência, atribuindo ao chefe do Poder interessado na contratação estabelecer os casos de contratação: inconstitucionalidade. IV. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. “(ADIN nº 3210, Tribunal Pleno, Rel.Min. Carlos Velloso, DJU de 03.12.2004, pág.12)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. LEI ESTADUAL CAPIXABA QUE DISCIPLINOU A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ÁREA DE SAÚDE. POSSÍVEL EXCEÇÃO PREVISTA NO INCISO IX DO ART. 37 DA LEI MAIOR. INCONSTITUCIONALIDADE. ADI JULGADA PROCEDENTE. I - A contratação temporária de servidores sem concurso público é exceção, e não




JAFC  
Nº 70034591735  
2010/CÍVEL

regra na Administração Pública, e há de ser regulamentada por lei do ente federativo que assim disponha. II - Para que se efetue a contratação temporária, é necessário que não apenas seja estipulado o prazo de contratação em lei, mas, principalmente, que o serviço a ser prestado revista-se do caráter da temporariedade. III - O serviço público de saúde é essencial, jamais pode-se caracterizar como temporário, razão pela qual não assiste razão à Administração estadual capixaba ao contratar temporariamente servidores para exercer tais funções. IV - Prazo de contratação prorrogado por nova lei complementar: inconstitucionalidade. V - É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de não permitir contratação temporária de servidores para a execução de serviços meramente burocráticos. Ausência de relevância e interesse social nesses casos. VI - Ação que se julga procedente (ADI nº 3430/ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. em 12/08/2009, DJ 23/10/2009).

III - Em face do exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso.

Publique-se e intimem-se

1º VICE-PRESIDENTE.

  trônic v.tj.rs.gov.br	Este é um 2/2001 de 24/08/2001 P-Brasão p		Relatament a-estrut	info de	MP nº ves Pl	00 ca
	N	árx Sei	0336 193			
		www1.tj te o seg: te	ca 00	to, acesse, na área da autenticidade 917352010690560		